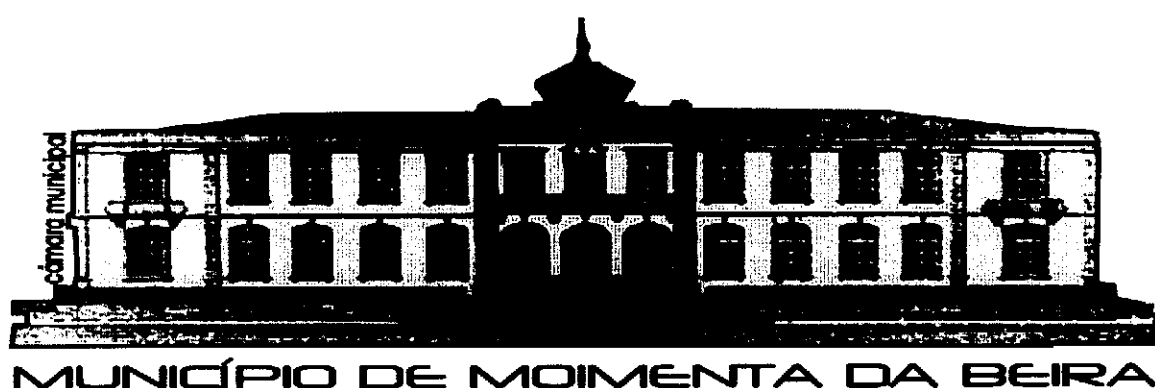




Exercício Económico de 2010



Orçamento

Plano Plurianual de Investimentos

Plano de Actividades Municipal

Grandes Opções do Plano



Ci
J
Recebido
7.

INTRODUÇÃO

As Grandes Opções de um Plano e Orçamento Municipal devem traduzir um princípio de planeamento plurianual, que permita a política seguida pelo executivo municipal seja sustentada num plano previamente estabelecido e escrutinado. Estes documentos devem também ser claros e flexíveis, para permitirem a sua compreensão, por parte dos eleitos e da população, mas também a sua adaptação à capacidade de realização, aos desafios e oportunidades, que surgem ao longo de um ano e de um mandato autárquico.

As GOP dos anos anteriores enquadraram o modelo legitimamente defendido pelo anterior órgão executivo.

As GOP agora apresentadas, para o ano 2010, pretendem reflectir uma nova visão do desenvolvimento local, mas também reflectem, obrigatoriamente, na sua maioria, uma evolução dos projectos anteriormente apresentados, por várias razões:

1. Continuidade das candidaturas aprovadas / protocoladas;
2. Assunção de todos os projectos com execução em curso, com ou sem facturação, que existindo, não se mostre ainda liquidada, total ou parcialmente;
3. A manutenção de projectos que se enquadram com a actividade operacional e funcional da Câmara Municipal;
4. O curto espaço de tempo que o actual executivo dispôs para implementar novos projectos e novas medidas funcionais.

Apresenta-se assim uma imagem ligeiramente diferente para um mesmo modelo documental, que necessariamente terá que obedecer às regras definidas no POCAL. Porém, as enormes limitações financeiras do Município, devido ao elevado valor do passivo, estão traduzidas, e têm grandes implicações, nos documentos estratégicos de suporte que pretendem conferir um princípio de coerência às opções de gestão, e essencialmente uma visão



Exercício Económico de 2010

que podendo não ser compreendida por todos, tem na base uma grande participação e adesão popular, dependendo em muito desta adesão o sucesso das diversas iniciativas promovidas pelo executivo.

Para dar corpo ao desafio de consolidar a posição do Concelho de Moimenta da Beira no contexto regional e nacional, num contexto de médio me longo prazo, com qualidade ambiental e de vida, acessível, socialmente justa e equilibrada, dinâmica e acolhedora, aberta e com grande actividade sócio cultural, é fundamental melhorar os níveis de eficiência e eficácia das intervenções públicas, definindo objectivos globais concretos:

- Forte investimento na educação;
- Qualificação e modernização dos espaços físicos e dos serviços do Município, procurando a melhoria de competências e do serviço a prestar ao cidadão;
- Criação de estruturas e meios de apoio às iniciativas económicas, nomeadamente a criação do gabinete de apoio à agricultura;
- Dinamização dos equipamentos e das actividades recreativas e desportivas;
- Dinamização de actividades culturais;
- Criação de estruturas de apoio à população, ao munícipe e ao comércio tradicional, às empresas e à agricultura;
- Promoção da Eficiência Energética;
- Apoio às instituições, na prossecução dos respectivos fins sociais e estatutários;
- Forte colaboração com as Juntas de Freguesia, partilhando decisões, meios e responsabilidades.

2.
J
Revisão
S.



Exercício Económico de 2010

Nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, o orçamento deste Município para ano económico de 2010 foi elaborado respeitando os princípios orçamentais, contabilísticos, de controlo interno e regras previsionais, aplicáveis às autarquias locais. Reflecte, por isso, o rigor necessário ao enquadramento no sistema contabilístico preconizado pelo POCAL e actualmente em vigor, obedecendo também ao preceituado no Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, que veio estabelecer a classificação económica das receitas e das despesas, numa perspectiva de homogeneização da Contabilidade Pública para a Contabilidade Nacional, no âmbito das exigências da aplicação do Sistema Europeu de Contas de 1995.

Resulta deste enquadramento um documento que apresenta, e confronta, de um lado, a previsão e autorização anual das receitas a cobrar e, de outro, a estimativa e autorização anual das despesas que a autarquia se propõe efectuar durante o exercício de 2010.

Pretende assim permitir dois tipos de análise:

- De ordem económico-financeira, que respeita à previsão das receitas a cobrar e das despesas a realizar durante o próximo ano;
- De ordem jurídica, no que concerne à autorização de cobrança dessas receitas e despesas a realizar.

Como em anos anteriores, manteve-se a opção de elaborar o presente orçamento de acordo com a classificação orgânica, de modo a facultar, a todos os interessados na informação nele contida, uma leitura clara da previsão da despesa atribuída às funções inerentes à estrutura orgânica do Município de

ci
J
P. Curado
J. J. J.



Exercício Económico de 2010

Moimenta da Beira. Isto apesar de o ponto 2.3.2 do POCAL exonerar as autarquias desta obrigação.

Por outro lado, não obstante o já referido enquadramento legal, que está base da elaboração deste documento, afigura-se pertinente aprofundar um pouco o teor normativo que a legislação aplicável encerra, nomeadamente no que respeita aos princípios orçamentais e contabilísticos impostos pelo POCAL que a seguir se identificam.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTAIS

Independência Orçamental – Os orçamentos das Autarquias Locais na sua elaboração, aprovação e execução são independentes do Orçamento de Estado;

Anualidade – O orçamento é anual coincidindo o ano económico com o ano civil;

Equilíbrio – O orçamento deverá prever os recursos necessários para satisfazer todas as despesas nele inscritas. As receitas correntes serão no mínimo iguais às despesas correntes;

Especificação – O orçamento especifica suficientemente as receitas e as despesas nele previstas;

Não consignação – O orçamento não afecta o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas, salvo quando a afectação é determinada por Lei, como é o caso das receitas obtidas através dos Fundos Comunitários;

Não compensação – Todas as receitas e despesas são inscritas na importância integral sem deduções de qualquer natureza.



Exercício Económico de 2010

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

Continuidade – A entidade contabilística opera continuamente, com duração ilimitada;

Consistência – A entidade não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro;

Especialização – os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, incluindo-se nas demonstrações financeiras dos períodos respectivos;

Materialidade – As demonstrações financeiras evidenciam todos os elementos relevantes e que podem afectar avaliações ou decisões dos órgãos autárquicos e dos interessados em geral.

Car-
[Signature]
Revisado

[Signature]



Handwritten signatures and initials:
Cj
Pavob
dy.
H

Condicionantes da Envolvente Externa

A caracterização do enquadramento externo, tarefa imprescindível à identificação dos principais desafios e oportunidades com que a Autarquia se depara, bem como das suas áreas de competitividade crítica, destina-se a sustentar uma análise estratégica da sua actividade. O mérito sectorial de um Orçamento, seja qual for o seu âmbito, não pode ser desligado da envolvente (regional, nacional e internacional) em que a Câmara Municipal opera, da conjuntura e perspectivas de evolução. O fomento das vocações e capacidades de uma organização deve ainda ser avaliado tendo em conta as características do Concelho, designadamente a sua população, as empresas, as Instituições e as Juntas de Freguesia com que primeiramente aquela se relaciona.

Aspectos macroeconómicos

O desempenho recente da economia portuguesa esteve fortemente associado à recessão económica a nível global, cuja magnitude, duração e extensão geográfica não têm precedentes históricos recentes. De facto, no contexto da intensificação da crise financeira no último trimestre de 2008 – com um recrudescimento generalizado dos níveis de incerteza e de aversão ao risco – observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes, da actividade económica e do comércio a nível internacional. Pela sua natureza, estes choques adversos propagaram-se rapidamente ao conjunto das economias, integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente as que observaram correcções significativas nos mercados imobiliários. Neste quadro de queda acentuada da procura global, os deflatores do comércio internacional e as taxas de inflação caíram significativamente em 2009.



Exercício Económico de 2010

Com o objectivo de conter a queda da actividade global, bem como evitar uma espiral de efeitos sistémicos decorrentes da interacção entre as crises económica e financeira, as autoridades monetárias e os governos reagiram de forma decisiva – e em alguns casos de forma coordenada – adoptando, por um lado, medidas de estímulo monetário e de gestão de liquidez e, por outro lado, políticas orçamentais expansionistas e de apoio aos sistemas bancários. Esta reacção das autoridades contribuiu não só para reduzir progressivamente a tensão nos mercados financeiros internacionais – nomeadamente nos mercados monetários, bolsistas e de dívida pública e privada – mas também para introduzir estímulos directos, ainda que temporários, sobre a actividade económica, o que contribuiu para melhorar as expectativas dos agentes. Num quadro de menor volatilidade e aversão ao risco, as perspectivas sobre a actividade económica global tornaram-se assim gradualmente menos negativas a partir do segundo trimestre de 2009, antevendo-se um crescimento positivo da actividade e do comércio no segundo semestre do ano para a generalidade das economias avançadas e, mais acentuadamente, para o conjunto das economias de mercado emergentes. No entanto, subsiste um elevado nível de incerteza sobre a evolução da conjuntura económica internacional e os riscos para a actividade económica continuam a ser predominantemente descendentes, sendo neste âmbito de destacar o impacto sobre o dinamismo da procura global de uma eventual reversão das medidas de apoio das autoridades ao sistema financeiro e à actividade económica. Adicionalmente, a actual crise económica e financeira poderá afectar negativamente o nível de equilíbrio da actividade e o próprio crescimento potencial das economias, nomeadamente por via de uma maior obsolescência do capital instalado, de uma menor acumulação de capital, por períodos prolongados, e de um aumento do desemprego estrutural, que tenderá a persistir nas economias com menor mobilidade no mercado de trabalho.

Este conjunto de choques sucessivos a nível global transmitiu-se à economia portuguesa por vários canais interligados, implicando uma significativa deterioração conjuntural que se justapôs a uma situação estrutural

Handwritten signatures and initials in the right margin.



Exercício Económico de 2010

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

caracterizada pela persistência de algumas fragilidades que condicionam a evolução da produtividade dos factores. É ainda assim de sublinhar que, no âmbito da actual crise económica e financeira global, a economia portuguesa apresentou vários elementos de robustez, com destaque para a manutenção de uma posição relativamente favorável do sistema bancário no quadro europeu – em termos de rendibilidade, liquidez e solvabilidade. Neste contexto, as estimativas apontam para uma queda do PIB em 2009 de 2,7 por cento, após uma estagnação em 2008. De acordo com a informação disponível, esta queda será inferior à observada na área do euro e na União Europeia. Por seu turno, a taxa de inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá situar-se em - 0,9 por cento, face a 2,7 por cento no ano anterior.

A evolução da economia portuguesa em 2009 foi marcada pelo aumento da taxa de desemprego para um novo máximo histórico de aproximadamente 10 por cento no terceiro trimestre de 2009, prosseguindo a tendência observada desde o início da década. Este facto reflectiu essencialmente uma queda superior a 3 por cento do emprego total da economia nesse período. Do lado da procura, a recessão económica traduziu uma forte queda das variáveis com maior sensibilidade cíclica, nomeadamente as exportações de bens e serviços, o investimento empresarial e o consumo de bens duradouros. Estas componentes acompanharam o comportamento intra-anual da economia, registando uma queda abrupta e acentuada no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, e quedas progressivamente menores a partir do segundo trimestre do ano corrente. Por seu turno, o consumo de bens não duradouros apresentou um perfil substancialmente mais alisado, ainda que em desaceleração face ao ano anterior. No contexto de um ligeiro aumento do rendimento disponível em termos reais, a evolução agregada do consumo deverá assim implicar um significativo aumento da taxa de poupança das famílias em 2009, reforçando a ligeira subida observada em 2008. Em contraste, a poupança do sector das administrações públicas diminuiu consideravelmente, contribuindo para um aumento substancial do défice orçamental em 2009. Esta evolução resultou do



Exercício Económico de 2010

funcionamento dos estabilizadores automáticos e da adopção de medidas discricionárias, em parte como resposta à conjuntura recessiva. Em linha com o observado na quase totalidade dos países da União Europeia, a actual posição estrutural das contas públicas, conjugada com a incerteza relativamente ao crescimento no médio e longo prazo do produto potencial, tem importantes implicações em termos da avaliação da sustentabilidade das contas públicas.

Após uma década em que a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), apresentou uma relativa estabilidade em níveis próximos de 3 por cento, observou-se uma pronunciada desaceleração dos preços desde o final de 2008, para valores negativos a partir do primeiro trimestre de 2009. No conjunto do ano deverá registar-se uma taxa de variação média anual negativa dos preços, o que surge como um facto inédito das últimas décadas. Esta evolução esteve associada, por um lado, ao enquadramento fortemente recessivo da procura a nível global, que contribuiu para uma redução substancial dos preços das importações, com destaque para os preços dos bens energéticos. Por outro lado, reflectiu também a contracção da procura interna, que influenciou a transmissão interna da diminuição dos preços a nível internacional e contribuiu para uma significativa diminuição de margens de lucro, num contexto em que, apesar da subida da taxa de desemprego, os salários e os custos unitários de trabalho terão mantido um crescimento próximo do observado em 2008. Uma análise desagregada da evolução da inflação evidencia que o peso das componentes com taxas de variação homóloga inferiores a zero tem vindo a aumentar progressivamente. No terceiro trimestre do ano, cerca de metade do cabaz representativo de consumo apresentava quedas homólogas de preços. Não obstante, importa sublinhar que – dadas as actuais perspectivas de gradual recuperação da economia a nível mundial e a manutenção das expectativas de inflação de médio e longo prazo na área do euro em níveis consistentes com a estabilidade de preços – não será de esperar a persistência de taxas de inflação negativas em Portugal nos próximos trimestres. No entanto, existe uma elevada incerteza



Exercício Económico de 2010

quanto ao perfil e magnitude da recuperação das economias a nível global, pelo que este cenário se encontra rodeado de uma particular incerteza.

A evolução das taxas de juro oficiais e do mercado monetário da área do euro constituem factores inescapáveis para compreender a dinâmica da economia portuguesa no contexto da crise financeira global. De facto, para além de influenciarem directamente o seu enquadramento externo – com destaque para as expectativas de inflação na área do euro – estas taxas afectam directamente os incentivos ao consumo, investimento e poupança das famílias e empresas, nomeadamente por via de alterações das respectivas restrições orçamentais intertemporais. Estes efeitos são amplificados no caso português dado o nível relativamente elevado de endividamento do sector privado não financeiro e a prevalência de empréstimos bancários com taxas indexadas às taxas de juro do mercado monetário. A intensificação da crise financeira no final de 2008 e a reacção das autoridades teve importantes implicações nas decisões dos agentes económicos em Portugal. Por um lado, observou-se uma rápida e acentuada diminuição das taxas de juro oficiais e das taxas do mercado monetário da área do euro. De facto, entre Outubro de 2008 e Maio de 2009, o BCE reduziu a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 3,25 p.b., para o valor mínimo histórico de 1 por cento. Não obstante, tem-se observado um aumento do incumprimento no crédito bancário, com destaque para os segmentos do crédito a consumo e outros fins e do crédito a empresas, dado o contexto de significativo aumento do desemprego e de forte contracção da actividade. Por outro lado, e após um período prolongado em que os bancos acomodaram as necessidades de financiamento das empresas e proporcionaram às famílias contratos que adaptavam o grau de esforço à capacidade das contrapartes para servirem a dívida, assistiu-se a um agravamento das condições de concessão de crédito ao sector privado não financeiro, ainda que de forma gradualmente menos intensa no decurso de 2009.

Finalmente, importa referir que, num quadro de consideráveis necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa, a descida das taxas de juro contribuiu para a diminuição do défice da balança de rendimentos. Este

Si
P
Peride
H



Exercício Económico de 2010

facto implica que, em contraste com os últimos anos, a evolução do rendimento nacional terá sido mais favorável que a do produto interno.

g.
Carvalho
Amorim
JH

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxa de variação em %	2008	2009
Consumo privado	1,7	-1,8
Consumo público	0,7	1
Investimento	-1,3	-14,3
Procura Interna	1,1	-4,5
Exportações	-0,5	-17,7
Importações	2,7	-17,1
PIB	0,0	-4,3
Inflação	2,7	-0,5
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)	-10,5	-8,3



Exercício Económico de 2010

Cij
Pericdo
7.

A Região do Norte de Portugal

O Norte ou Região do Norte é uma região ou unidade territorial para fins estatísticos de nível II (NUTS II), de Portugal, que compreende os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança, e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda. Limita a norte e a leste com Espanha (Galiza e Castela e Leão, respectivamente), a sul com a Região Centro e a oeste com o Oceano Atlântico. Esta região tem uma área de 21.278 km² (24% do Continente) e uma População, em 2007, de 3.745.246 (37% do Continente). Compreende 8 sub-regiões ou unidades de nível III (NUTS III):

- Alto Trás-os-Montes;
- Ave;
- Cavado;
- Douro;
- Entre Douro e Vouga;
- Grande Porto;
- Minho-Lima;
- Tâmega.

A Região do Norte compreende 86 concelhos (27,8% do total nacional).

O Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013 é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal (NUTS II), integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013 e no novo ciclo de fundos estruturais da União Europeia destinados a Portugal. Este instrumento é fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial sustentável da Região do Norte. Nesse contexto, elege **cinco prioridades estratégicas**, correspondentes aos seus eixos prioritários:



Exercício Económico de 2010

Handwritten signatures and initials:
S
P
Ribeiro
J
M.

Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

- Consolidação dos serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação;
- Apoio à criação e consolidação de *clusters* emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia;
- Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial;
- Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização;
- Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
- Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento;
- Promoção de acções de eficiência energética.

Eixo 2 – Valorização económica de recursos específicos

- Valorização da excelência turística regional (Programa de Promoção da Marca Porto Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro);
- Promoção económica de novos usos do mar;
- Valorização da cultura e da criatividade;
- Acções de valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas;
- Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais.

Eixo 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

Município de Moimenta da Beira



Exercício Económico de 2010

- Valorização e qualificação ambiental (Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, optimização da recolha selectiva e da triagem, gestão da orla costeira e dos recursos marinhos e prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários);
- Gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade;
- Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade.

Eixo 4 – Qualificação do Sistema Urbano

- Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação;
- Promoção das operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana;
- Promoção da mobilidade urbana;
- Promoção da conectividade do sistema urbano regional.

Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional

- Modernização do Governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local;
- Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local.

Os eixos estratégicos definidos para o Norte apresentam uma forte articulação em termos de coerência e relevância com as prioridades definidas no QREN.

Assim, a análise da coerência dos eixos estratégicos definidos para a região Norte com os princípios e orientações comunitárias em matéria de coesão, apresenta um grau de articulação elevado, resultante da relevância que a estratégia para a região Norte coloca em termos da valorização do conhecimento, do papel das cidades para o crescimento e o emprego, do reforço da atractividade empresarial como alavanca para a criação de mais e melhores empregos, incluindo o fomento e a diversificação económica das zonas rurais. A estratégia para o Norte aposta igualmente no reforço das



Exercício Económico de 2010

capacidades da administração pública local e no estabelecimento de parcerias com a administração pública central, aspecto enfatizado pelas orientações comunitárias como forma de criar mais e melhores empregos.

A estratégia regional do Norte, apresenta um grau de alinhamento elevado com o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, em particular, quando a estratégia regional acentua a afirmação de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico para a Região, no contexto do reforço da competitividade e internacionalização nacional e regional e, simultaneamente, afirma a valorização e preservação do património natural, paisagístico e cultural, aspectos que merecem igualmente um papel central no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT.

O Concelho de Moimenta da Beira

Moimenta da Beira é sede de um Município com 219,75 km² de área e 11 074 habitantes (2001), subdividido em 20 freguesias, integra o distrito de Viseu, Região Norte e sub-região do Douro.

O município é limitado a nordeste pelo município de Tabuaço, a sueste por Sernancelhe, a sul por Sátão, a oeste por Vila Nova de Paiva e Tarouca e a noroeste por Armamar.

A localização geográfica do concelho de Moimenta da Beira, entre o vale do Douro, de clima tipicamente mediterrânico e as terras altas da Beira Alta, está inserido numa zona planosa dominada pelo planalto da Nave pelo qual se estende o rio Paiva e seus afluentes que dominam grande parte da rede hidrográfica do Concelho, de clima de montanha, propicia a existência de comunidades vegetais e animais variadas. Famosa pela produção de vinho, de maçã e extracção de granitos é também o concelho onde Aquilino Ribeiro viveu em várias fases da sua vida, mais propriamente na pequena aldeia de Soutosa.

As freguesias de Moimenta da Beira são as seguintes:

Município de Moimenta da Beira

Si
J
Paiva
Am



Exercício Económico de 2010

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be "Ribeiro" and another that looks like "AF".

Nome	Habitantes	Area(ha)
Aldela de Nacomba	149	680
Alvite	1.228	2.031
Arcozelos	744	856
Ariz	164	771
Baldos	253	416
Cabaços	395	1.183
Caria	579	1.582
Castelo	315	642
Leomil	1.250	3.940
Moimenta da Beira	2.402	1.017
Nagosa	162	458
Paradinha	133	629
Passô	443	317
Pêra Velha	264	1.311
Peva	513	1.992
Rua	678	942
Sarzedo	200	852
Segões	114	220
Sever	603	1.252
Vilar	485	884
	11074	21975

O confronto natural entre a paisagem agreste e imponente da serra e os deslumbrantes cenários da zona ribeirinha da Albufeira do Vilar atraíram, ao longo dos séculos, ao concelho de Moimenta da Beira, povos pré-históricos, civilizações castrejas, romanos e árabes. Povos cuja passagem testemunham ainda hoje as formas dos gigantescos penedos e fragas da Serra da Nave e as necrópoles e dólmens encravados no solo árido dos montes circundantes.

Fidalgos como D. Egas Moniz, responsável pela formação da vila no longínquo século XIII ou Fernão Mergulhão, fundador do Mosteiro feminino de Nossa Senhora da Purificação, enriqueceram as ruas e praças da vila com solares majestosos e casas apalaçadas. As mesmas que encantaram Aquilino Ribeiro e que vivem eternizadas nas páginas dos seus contos e histórias.

Pela estrada fora, adivinha-se facilmente a razão da fama da gastronomia e do artesanato destas gentes beirãs, ao contemplar os longos pomares de maçã, as vinhas, os campos de batata e cereais, recortados entre pastos verdes, servindo o gado e rebanhos de ovelhas.

Município de Moimenta da Beira



OUTRAS CONSIDERAÇÕES

ORÇAMENTO

De acordo com o estabelecido do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, submetem-se à apreciação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal as Opções do Plano e Orçamento para 2010, elaborados em obediência às regras e princípios orçamentais preceituados no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

C
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

RECEITA / DESPESA

Com as receitas calculadas nos termos das regras previsionais impostas pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as alterações constantes no Decreto – Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, o Orçamento do Município de Moimenta da Beira para o ano e 2010 propõe os seguintes valores globais:

Receitas				
Receitas Correntes	8.794.815,00 €	9.937.250,00 €	- 1.142.435,00 €	-11,5%
Receitas de Capital	12.066.821,00 €	10.050.000,00 €	2.016.821,00 €	20,1%
Outras		- €		
TOTAL	20.861.636,00 €	19.987.250,00 €	874.386,00 €	4,4%
Despesas				
Despesas Correntes	8.611.675,00 €	8.748.675,00 €	- 137.000,00 €	-1,6%
Despesas de Capital	12.249.961,00 €	11.238.575,00 €	1.011.386,00 €	9,0%
TOTAL	20.861.636,00 €	19.987.250,00 €	874.386,00 €	4,4%

Apesar de não ignorar as dificuldades financeiras existentes, o Município de Moimenta da Beira propõe um orçamento ligeiramente superior ao do exercício anterior. Para além da obrigatoriedade de acomodar a dívida, e mesmo tratando-se de um exercício de contenção de despesa corrente, entendemos dever manter, e registar, a ambição patente nestes documentos. Nesse sentido,



Exercício Económico de 2010

Ci
A
Duic
F

face ao orçamento inicial de 2009, o presente documento reflecte um aumento global de 4,4%, constatando-se uma redução de -1,6% nas despesas correntes, o que traduz a perspectiva de contenção da despesa corrente, já referida.

Em contraponto, a despesa de capital traduzida nos investimentos projectados tem um acréscimo de 9%. Não escamoteando os aludidos e previsíveis constrangimentos decorrentes de uma conjuntura económica nacional e internacional desfavorável, é preciso ter em conta que os próximos anos serão decisivos no que diz respeito à disponibilidade de verbas provenientes do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Por isso, os documentos previsionais do Município para 2010 traduzem a ambição de obter o maior volume de financiamento possível para obras e projectos através dos fundos comunitários, o que, há que reconhecê-lo, vai exigir também um esforço financeiro apreciável para assegurar a comparticipação municipal desses investimentos.

Numa altura em que se projecta a realização de novos acordos de colaboração e a realização de candidaturas para a contratualização de financiamentos de obras estruturantes para o Concelho, a Câmara Municipal terá que dar continuidade aos principais projectos que estão em curso designadamente, Construção do 1º Relvado, Construção dos Centros Escolares, Regeneração Urbana e Prohabita. Os projectos em causa comportam elevados montantes de investimento, dificultando muito, a curto prazo, a canalização de recursos para outros projectos. Porém, a Câmara Municipal está a envidar esforços no sentido de maximizar a realização destes investimentos, ao nível da respectiva reestruturação física e financeira, esforçando-se por adaptar a previsão de execução ao valor elegível, para efeitos de comparticipação.

Adicionalmente, estão a ser delineados vários projectos e candidaturas a apresentar brevemente. Além dos sectores já mencionados, os investimentos previstos incidem essencialmente sobre áreas de modernização administrativa do Município, actividades agrícolas, empresariais, culturais e vias de



Exercício Económico de 2010

comunicação, tendo como objectivo um plano de acção orientado para a elevação dos padrões de qualidade de vida da população e para o reforço da atractividade do Concelho, como forma de impulsionar o desenvolvimento, criando condições, a médio prazo, para o reforço demográfico.

Estimando-se que as transferências de verbas por via do QREN sejam uma realidade em 2010, também não se deve iludir o facto de que a autarquia vai ter de dispor de recursos próprios para a execução dos projectos de investimento candidatados e já aprovados, até que os fundos correspondentes entrem efectivamente nos seus cofres. Adicionalmente não podemos ignorar o elevado esforço financeiro necessário resultante da dívida acumulada do Município.

Uma última nota serve para dar conta que, o valor das receitas correntes é superior às despesas correntes num montante que, do ponto de vista do equilíbrio orçamental, é perfeitamente exequível na prática, ou seja 183.140,00 €. O facto de o nível de poupança não atingir o valor de anos transactos deve-se, em grande medida, à necessidade sentida de aproximar a previsão das respectivas possibilidades de concretização. Ainda assim, na actual situação financeira, e de compromissos assumidos, afigura-se uma tarefa árdua cumprir esta proposta. Para o efeito será levada a cabo uma acção mensal de monitorização da execução, da qual se dará conta, periodicamente, à Assembleia Municipal, para conhecimento e eventuais recomendações.

Handwritten signatures and initials in the right margin.



Exercício Económico de 2010

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS CORRENTES E AS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	928.270,00 €	4,45%	01 DESPESAS COM PESSOAL	3.034.639,80 €	14,55%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	72.995,00 €	0,35%	02 AQ. DE BENS E SERVIÇOS	4.231.373,99 €	20,28%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	71.415,00 €	0,34%	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	128.956,21 €	0,62%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.650.200,00 €	12,70%	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.163.005,00 €	5,57%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.296.510,00 €	20,60%	05 SUBSIDIOS	- €	0,00%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	705.425,00 €	3,38%	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.700,00 €	0,26%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.000,00 €	0,34%			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	8.794.815,00 €	42,16%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	8.611.675,00 €	41,28%
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	388.150,00 €	1,86%	07 AQ. DE BENS DE CAPITAL	9.130.856,46 €	43,77%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.058.671,00 €	53,01%	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.323.786,59 €	6,35%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	- €	0,00%	09 ACTIVOS FINANCEIROS	10.000,00 €	0,05%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	600.000,00 €	2,88%	10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.785.317,95 €	8,56%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00 €	0,10%	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	- €	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	- €	0,00%			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	12.066.821,00 €	57,84%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	12.249.961,00 €	58,72%

Na sequência desta proposta de Documentos Previsionais e com o intuito de agilizar procedimentos burocráticos e melhor rentabilizar os recursos disponíveis, propõem-se à aprovação e autorização da Câmara e da Assembleia Municipal:

1. As Grandes Opções de Plano e Orçamento para o ano 2010;
2. Pedido de autorização genérica para contracção de um Empréstimo de Curto Prazo no valor de 600.000,00 € nos termos do n.º 7 do art. 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.
3. Pedido de autorização genérica para delegação de competências nas juntas de freguesia nos termos do art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que

Município de Moimenta da Beira

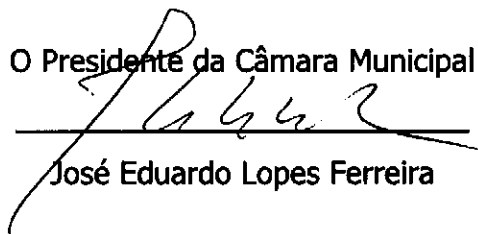


Exercício Económico de 2010

este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos
objectivos definidos;

Moimenta da Beira 18 de Dezembro de 2010

O Presidente da Câmara Municipal



José Eduardo Lopes Ferreira

crij
Caridade
[Signature]